



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2024.
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Sr. Ministro das Comunicações, a respeito da notícia que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) corre o risco de insolvência, por enfrentar um rombo de R\$ 2 bilhões e atrasos em pagamentos de aluguéis, IPTU e outras taxas.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro das Comunicações, quanto a notícia que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) corre o risco de insolvência, por enfrentar um rombo de R\$ 2 bilhões e atrasos em pagamentos de aluguéis, IPTU e outras taxas.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Como o governo justifica a gestão financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) diante de um rombo de R\$ 2 bilhões?
- 2- A ECT apresenta um déficit financeiro alarmante. Quais medidas efetivas estão sendo adotadas para resolver essa crise fiscal, e qual é o plano estratégico do governo para evitar a insolvência da estatal?
- 3- Quais são as causas que levaram os Correios a acumular um rombo tão significativo em suas contas?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Apresentação: 09/12/2024 10:56:05.390 - Mesa

RIC n.4573/2024

- 4- A ECT tem enfrentado dificuldades financeiras profundas, incluindo a falta de pagamento de aluguéis, IPTU e outras taxas essenciais. O que motivou esses problemas financeiros? Foram questões de gestão, planejamento inadequado ou outros fatores externos?
- 5- O que o governo está fazendo para garantir que os serviços essenciais prestados pelos Correios não sejam interrompidos devido a esse cenário de crise?
- 6- Em caso de insolvência, a população será diretamente afetada pela interrupção de serviços postais cruciais. Quais garantias o governo pode oferecer de que os serviços continuarão a ser prestados sem prejuízos à sociedade?
- 7- Por que o governo permitiu que os Correios chegassem a este ponto de fragilidade financeira?
- 8- Não é responsabilidade do governo monitorar a saúde financeira de uma empresa pública dessa magnitude? O que falhou na administração da ECT para permitir que a situação chegasse a esse estado de insolvência iminente?
- 9- Há investigações em andamento sobre as possíveis falhas de gestão ou até mesmo eventuais irregularidades que possam ter contribuído para esse rombo financeiro?
- 10- Existe alguma ação por parte dos órgãos de controle, como a Controladoria Geral da União (CGU) ou o Tribunal de Contas da União (TCU), para averiguar as causas desse prejuízo de R\$ 2 bilhões?
- 11- Quais medidas estão sendo tomadas para regularizar o pagamento das dívidas acumuladas, como os aluguéis, IPTU e outras taxas, que já superam bilhões de reais?
- 12- Quais são as ações emergenciais do governo para evitar que os débitos não pagos resultem em mais complicações, como o corte de serviços essenciais ou o aumento da inadimplência da ECT?



* C D 2 4 5 3 2 2 7 0 6 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Apresentação: 09/12/2024 10:56:05.390 - Mesa

RIC n.4573/2024

- 13-O governo tem um plano de reestruturação para os Correios ou está considerando a privatização como uma solução para o problema financeiro da estatal?
- 14-Dado o rombo financeiro e a possibilidade de insolvência, o governo está considerando a venda de ativos ou a privatização da ECT como uma solução? Ou existe um plano de reestruturação da empresa para reverter o cenário atual?
- 15-Qual o impacto esperado dessa crise nos Correios para os trabalhadores da empresa e para a sociedade em geral?
- 16-A crise financeira nos Correios pode resultar em demissões em massa e na diminuição da qualidade dos serviços prestados. Quais ações estão sendo tomadas para garantir que os trabalhadores não sejam prejudicados e que os serviços à população não sofram consequências severas?
- 17-Como o governo planeja recuperar a confiança da população nos Correios diante dessa situação de crise financeira e administrativa?
- 18-Dado o histórico recente de ineficiência, atrasos e déficits financeiros, o que está sendo feito para restaurar a credibilidade e a confiança da população no sistema postal brasileiro?
- 19-Quais são os prazos estabelecidos pelo governo para apresentar uma solução definitiva para o rombo de R\$ 2 bilhões nos Correios?
- 20-O governo já definiu um cronograma para a resolução dessa crise, com prazos e metas claras? Quais são as expectativas de curto e longo prazo para reverter esse quadro de insolvência iminente?



* C D 2 4 5 3 2 2 7 0 6 3 0 0 *



Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro das Comunicações entenda como pertinentes, sobre o tema.

JUSTIFICAÇÃO

A situação financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) atingiu um ponto crítico que demanda uma atenção urgente e ações imediatas. De acordo com as informações mais recentes, a estatal enfrenta um rombo de aproximadamente R\$ 2 bilhões, um déficit que coloca em risco não apenas a sua sustentabilidade financeira, mas também a continuidade dos serviços essenciais prestados à população brasileira.

Segundo notícias¹, os Correios registraram um déficit de R\$ 2,1 bilhões no terceiro trimestre de 2023 e podem enfrentar insolvência se a situação não for revertida. A estatal prevê encerrar 2024 com um saldo em caixa cerca de R\$ 1,8 bilhão inferior ao do ano anterior. Desde 1º de agosto de 2023, entrou em vigor a cobrança de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50 feitas pela internet entre pessoas físicas. A medida faz parte do programa Remessa Conforme, que visa regular empresas como Shein, Shopee e AliExpress.

Outra reportagem expõe que os Correios correm o risco de serem despejados de pelo menos 200 imóveis alugados. De acordo com um documento interno datado de 30 de outubro, 122 imóveis já estão em processos de despejo devido a atrasos nos pagamentos. Essas desocupações podem ocorrer a partir de 30 de novembro. Além disso, outros 127 contratos de aluguel vencem até o fim do ano e dependem de renegociações para serem renovados. A estatal também acumulava, até outubro, uma dívida de R\$ 9,5 milhões relacionada a IPTU, taxas de condomínio e outras pendências judiciais.²

¹ <https://www.contrafatos.com.br/correios-podem-entrar-em-insolvencia-com-deficit-de-r-21-bilhoes-agravado-pela-taxa-das-blusinhas/>

² <https://www.folhadestra.com/correios-podem-ser-despejados-de-mais-de-200-imoveis-por-dividas-acumuladas/>





Destaca-se, que esse quadro é ainda mais preocupante quando se observa os atrasos sistemáticos no pagamento de compromissos fundamentais, como aluguéis, IPTU e outras taxas. Esses débitos acumulados resultam em uma crescente insegurança quanto à capacidade da empresa de honrar suas obrigações, o que, por sua vez, aumenta a probabilidade de uma situação de insolvência iminente.

A insolvência dos Correios representaria um impacto devastador para a sociedade brasileira, afetando diretamente milhões de cidadãos que dependem dos serviços postais para o envio de correspondências, encomendas e pagamentos de diversas naturezas. Além disso, a falência de uma empresa estratégica como os Correios poderia gerar uma série de desdobramentos negativos, tanto para a economia nacional quanto para a confiança da população nas instituições públicas.

A gravidade da situação exige uma atuação enérgica e coordenada por parte dos órgãos de fiscalização e controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), para investigar as causas desse rombo financeiro e identificar os responsáveis pela gestão ineficiente que conduziu a empresa a esse cenário de fragilidade. Não podemos ignorar a possibilidade de que esse colapso financeiro seja consequência de falhas de gestão, desvios de recursos ou falta de planejamento estratégico, e é crucial que medidas sejam tomadas para evitar um dano ainda maior.

Contudo, em tempos de crise, a responsabilidade de zelar pela saúde financeira das estatais é mais do que nunca uma prioridade para garantir a continuidade de serviços essenciais à sociedade. O Brasil não pode permitir que uma instituição tão fundamental entre em colapso, e é dever das autoridades competentes agir com urgência para evitar que esse cenário se concretize.

Pelo exposto, a situação financeira da ECT é alarmante exigindo ações imediatas e eficazes para evitar um colapso, que teria consequências significativas para a economia e a sociedade brasileira.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

Apresentação: 09/12/2024 10:56:05.390 - Mesa

RIC n.4573/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245322706300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer

